

||| CONFERÊNCIAS  
& DEBATES  
INTERDISCIPLINARES

# LIMITES E LIMIARES

## CONTRIBUTOS PARA PENSAR A SOCIEDADE COMPLEXA

ANTÓNIO M. ROCHETTE CORDEIRO  
SARA DIAS-TRINDADE  
ANTÓNIO PEDRO PITA  
ORGANIZAÇÃO

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: imprensa@uc.pt  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**CONCEPÇÃO GRÁFICA**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**INFOGRAFIA**

CEIS 20

**INFOGRAFIA DA CAPA**

Mickael Silva

**PRINT BY**

KDP

**ISSN**

2183-1610

**ISBN**

978-989-26-2064-0

**ISBN DIGITAL**

978-989-26-2066-4

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2066-4>

CORDEIRO, António M. Rochette, e outros  
Limites e limiares, contributos para pensar a sociedade complexa / António M. Rochette Cordeiro, Sara Dias-Trindade, António Pedro Pita. – (Conferências e debates interdisciplinares)  
ISBN 978-989-26- 2064-0 (ed. impressa)  
ISBN 978-989-26- 2066-4 (ed. eletrónica)  
I - TRINDADE, Sara Dias, 1978-  
II - PITA, António Pedro, 1956-  
CDU 316

**EXPLORAÇÃO DE POTENCIALIDADES  
METODOLÓGICAS DA ANÁLISE DE REDES  
NO CONTEXTO DA COMPOSIÇÃO E  
RECRUTAMENTO SOCIAL DE AGENTES DO  
PODER LOCAL (SÉCULOS XVIII E XIX)**

—  
**METHODOLOGICAL POSSIBILITIES OF  
NETWORK ANALYSIS IN HISTORY RESEARCH:  
SOCIAL COMPOSITION AND SOCIAL  
RECRUITMENT OF LOCAL GOVERNMENT  
AGENTS (18TH AND 19TH CENTURIES)**

Ana Isabel Ribeiro

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX,  
Faculdade de Letras, Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e  
Artes

**ORCID:** 0000-0002-7515-2696

**RESUMO**

A exploração de redes sociais apresenta-se como uma proposta metodológica relevante para a construção histórica pois, ao permitir a visualização das interações dos atores num contexto alargado, sublinha relações, dependências e evoluções que metodologias mais tradicionais poderiam ter mais dificuldade em detetar. No presente capítulo procuramos demonstrar algumas possibilidades abertas pela utilização desta metodologia, a partir da análise de um caso específico,

no contexto da composição social da vereação da Câmara Municipal de Coimbra e nos seus processos eleitorais, nos finais do Antigo Regime.

**Palavras-chave:** Redes sociais; Processos eleitorais; Composição social do poder local; Antigo Regime.

### **ABSTRACT**

This paper aims to discuss the potential but also the limitations of using network analysis as a tool in historical research. From a specific case, we intend to develop this issue and demonstrate that the exploration of social network analysis can unravel patterns of social interaction, relationships, dependencies and explore possible explanations, using the example of social composition of Coimbra's municipality and its elective processes during the 18th and 19th centuries.

**Keywords:** Social network analysis; Election processes; Social composition of local power; Early modern age.

### **INTRODUÇÃO**

No contexto e na prática da investigação e construção históricas, a exploração de redes sociais apresenta-se como uma proposta metodológica relevante, sobretudo no contexto da história social (Antunes, 2012). A utilização das redes na captação dos fenómenos sociais, quer a partir de perspetivas mais centradas no indivíduo, quer a colocação do enfoque analítico nas interações dos atores num contexto social alargado, pode desvendar ao historiador relações, dependências e evoluções que metodologias mais tradicionais não permitiriam (Ribeiro, 2018).

Mesmo antes de utilizarem uma abordagem formal de análise de redes, os historiadores utilizaram o conceito de rede na exploração dos fenómenos sociais, sobretudo de relações pessoais em contextos de interação social ou de parentesco. Outra aceção identifica o uso do conceito de rede com um grupo de atores envolvidos em trocas materiais ou imateriais num determinado enquadramento espaciotem-

poral (Imízcoz Beunza & Arroyo Ruiz, 2011). Contudo, na maioria dos casos, a rede não passa de uma metáfora, não incorporando a teoria e os métodos do paradigma da análise social de redes, cuja vertente formal e quantitativa é olhada até com alguma desconfiança (Wellman & Wetherell, 1996; Lemercier, 2015).

No entanto, quer a entendamos como um método ou a percecionemos como um paradigma de interpelação do social, a análise de redes pode, no nosso ponto de vista, afigurar-se como uma ferramenta interessante na análise histórica, sobretudo na deteção de estruturas que não são imediatamente reconhecidas pelos agentes que as protagonizam ou na identificação de agentes capazes de operar mudanças nessas estruturas. Por outro lado, permitem-nos navegar entre escalas e validar hipóteses levantadas por análises qualitativas das fontes e até testar hipóteses através da manipulação de variáveis que, via utilização de simulações, nos podem ajudar a compreender as razões de determinado sentido de evolução, permitindo a sistematização de modelos de análise.

Outra vantagem da abordagem formal de redes é a clarificação da noção de laços. Na maioria dos casos, em contexto formal de rede, laço não significa, necessariamente, uma relação interpessoal ou afetiva, antes significa fluxo ou troca de bens (tangíveis ou intangíveis). A análise de redes coloca o foco da discussão e da abordagem na explicação dos padrões dos relacionamentos gerados, através da tentativa de compreensão das suas origens e do seu percurso evolutivo.

Este entendimento obriga a que o historiador tenha que categorizar e decompor as relações estabelecidas pelos atores que, em contexto real, são tendencialmente multiposicionais (Boltanski, 1973), isto é, frequentam e ocupam diversos cargos, pertencem a diferentes instituições, assumem papéis distintos no seu quotidiano e ao longo da sua vida, estabelecendo elos de ligação entre eventos distintos, criando, desta

forma, condições para a produção de interações que vão adensando e complexificando o seu campo de ação (Camarinhas, 2010, p. 33).

Se a análise formal de redes sociais pode abrir novos caminhos à construção histórica, também lhe introduz alguns limites. Em primeiro lugar, a análise de redes formal não se adequa ao estudo de todos os cenários de construção e compreensão históricas. Implica reduzir a complexidade de relações e atributos a um número limitado e selecionado de categorias que permitam a compreensão de um número limitado de laços que um conjunto de agentes desenvolve, a partir de questões que o historiador tem de definir à partida: quais os agentes que pretende observar e os fluxos que pretende analisar, uma vez que a rede a analisar é apenas uma pequena porção do complexo objeto que é a realidade histórica.

Mas sobretudo, o historiador deve estar consciente que a análise de redes não fornece respostas óbvias nem explicações prontas, antes tende a sinalizar atores, relações e padrões de interesse que, mediante uma análise mais aprofundada das fontes, se podem revelar significativos ou até vitais na compreensão de uma situação histórica. Portanto, não substitui o cruzamento de fontes, a reconstrução de contextos, de sistematização de percursos biográficos, sem os quais o conhecimento histórico não se materializa.

Outra dificuldade situa-se ao nível da transposição da análise da rede para uma explicação clara destinada a um leitor, especialista ou não. Perante o grafo que se desenha a partir do *software* de visualização, o historiador sente, por vezes, dificuldades em explicitar os padrões que pensa ter detetado, de integrar a explicitação da rede no discurso histórico. Guiar o enfoque do leitor para nós, arestas, *clusters* e, ao mesmo tempo, enquadrar essas configurações no processo histórico pode revelar-se uma articulação complexa.

## **1. EXEMPLIFICAÇÃO A PARTIR DE UM CASO – O PERFIL SOCIAL DA VERAÇÃO DA CÂMARA DE COIMBRA E AS SUAS TRANSFORMAÇÕES NOS FINAIS DO SÉCULO XVIII**

Partindo dos pressupostos anteriormente enunciados procuraremos aplicar a análise de redes a situações históricas concretas – a composição social da vereação da Câmara de Coimbra e os processos eleitorais neste órgão de poder, nos finais do século XVIII e inícios do século XIX.

Na estruturação da elite local, seja ela de pendor aristocrático ou não, configura-se como condição fundamental a apropriação dos lugares de poder. Esses lugares são potenciadores de prestígio, de consolidação de recursos económicos e importantes instrumentos de formalização de posicionamento na hierarquia social local. Com efeito, a possibilidade de ocupar um determinado cargo pressupunha que o indivíduo reunia as necessárias exigências de “qualidade” social. Por sua vez, o exercício de atividade pública publicitava o seu estatuto perante a comunidade.

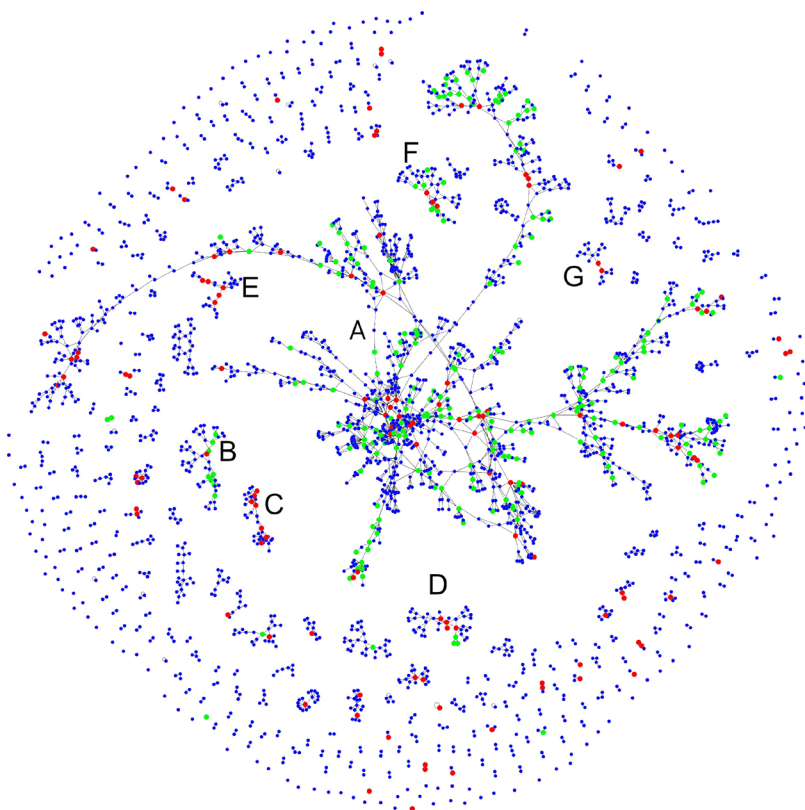
Entre 1640 e os fins do século XVIII, um conjunto de famílias relativamente restrito dominou as instâncias de poder na cidade de Coimbra e na sua região envolvente. Acompanhando as vicissitudes das conjunturas políticas e económicas, sucederam-se na apropriação do poder local famílias como os Carneiros Soutomaiors, os Aranhas Chaves, os Leitões Sousas (até à década de 30 do século XVIII) e depois deles, os denominados membros do “pacto fidalgo” – Sás Pereiras, Melos, Rangéis, Morais Serras, Pachecos Fabiões, Cabrais Mouras, Coutinhos Pereiras e Zuzartes que dominaram, a partir de 1739 e até à década de 80 do século XVIII, momento a partir do qual novos protagonistas (fidalgia oriunda de outras regiões e os letrados) assumiram as rédeas do poder na Câmara e na Misericórdia da cidade (Soares, 2002; Lopes, 2003).

Algumas destas famílias atravessaram todas as conjunturas – foi o caso dos Coutinhos Pereiras, família que chegou ao poder em 1675 (Soares, 2002, p. 326), mantendo uma presença notavelmente constante nas vereações até, pelo menos, 1821 (Ribeiro, 2012).

Sendo a permanência no poder um dos aspetos fundamentais da definição de elite local, o elenco referenciado, dada a sua relação com as instituições de poder e influência local, pode apresentar-se como uma amostra capaz de ilustrar a composição, comportamentos e decisões desse mesmo grupo.

Partindo inicialmente dos arrolamentos para a vereação, procedemos à referida identificação que aprofundámos com recurso a uma análise cuidada das genealogias, construídas a partir de nobiliários, registos paroquiais, mercês régias e habilitações para as Ordens Militares e familiar do Santo Ofício. Tendo estas fontes sido introduzidas na base de dados constituída para este estudo, e permitindo esta base o tratamento de relações entre pessoas identificadas através de programas de análise de redes, cartografámos um conjunto de indivíduos que haviam desempenhado o cargo de vereador da Câmara de Coimbra, identificando e clarificando as suas relações de parentesco, num espectro temporal, como referimos, situado entre a segunda metade do século XVII e a segunda metade do século XIX. O resultado obtido, após tratamento em *software* de desenho e análise de redes, foi o seguinte:





**Fig. 1.** Rede 1. A rede de parentesco do universo estudado, com destaque para os atores que eram fidalgos da Casa Real e que também desempenharam o cargo de vereador.

A rede 1 representa a rede de parentesco que liga o universo de indivíduos que estudámos e introduzimos na nossa base de dados. A cor vermelha assinala todos os atores que desempenharam o cargo de vereador da Câmara de Coimbra.

Nesta rede destaca-se um núcleo central (A) com uma elevada densidade de relações de parentesco onde encontramos muitos indivíduos que, no período considerado, ocuparam o cargo de vereador da Câmara de Coimbra. Ligados a este núcleo estão ramos mais distantes (ligações de parentesco mais distantes no tempo) onde também encontramos vereadores. No entanto, existem indivíduos que fizeram

parte das vereações que podem ser encontrados em alguns núcleos familiares de vereadores fora deste núcleo central, identificados com as letras B, C, D, E, F e G. Numa primeira conclusão podemos inferir um conjunto de indivíduos muito significativo, ligado por laços próximos de parentesco, que dominou o cargo de vereador. No entanto, se introduzirmos alguns qualificativos de ordem social na representação da rede, como, por exemplo, o estatuto social, o quadro torna-se mais nítido. Assim, integramos, também, na representação gráfica, a cor verde para designar os indivíduos cujo estatuto social se enquadrava na fidalguia, ou seja, fidalgos da Casa Real. Verificamos, então, que o núcleo central onde há uma elevada densidade de vereadores é um núcleo de “atores fidalgos”, ligados por laços de parentesco, constituindo um núcleo de famílias muito consolidado.

A fidalguia, ou melhor, um determinado grupo de famílias fidalgas dominaram, até aos finais do século XVIII, a apropriação do cargo de vereador. Há ainda a sublinhar alguns núcleos familiares fidalgos que não se ligam a este núcleo central, mas que também desempenharam o cargo (B e D e F). Existem igualmente, alguns núcleos familiares que, não pertencendo à fidalguia, ocuparam lugares na vereação (C, E e G).

Nesse núcleo principal, e no ponto onde as relações são mais densas (A), encontramos os Zuzartes, os Britos Castros, os Homens Freires de Figueiredo, os Osórios da Gama, os Coutinhos Pereiras, os Saraivas de Sampaio e os Garridos.

Distanciados deste núcleo central, mas com ligações familiares à rede encontramos famílias como os Sás de Melo, os Pereiras de Sá, os Rangéis, os Varejões Viçosos, Figueiredos da Guerra, os Britos Alvins ou os Soares de Brito. Tal posicionamento coincide com o progressivo afastamento destas famílias do poder local e da própria cidade – por extinção das suas linhagens (como, por exemplo, os Soares de Brito) ou pela aproximação à Corte e a cargos no poder central como foi o caso dos Sás Pereiras e dos Sás de Melo.

No que diz respeito às famílias sem ligação ao núcleo fidalgo principal, destacam-se os Morais Britos Serras, os Pacheco Fabiões, os Forjaz de Sampaio (B e D e F). No caso das duas primeiras famílias, tratava-se de fidalguia de origem mais recente que, ao contrário de outros fidalgos com menos tradição, como os Zuzartes, os Britos e Castros ou os Garridos, não souberam ou não puderam estabelecer relações matrimoniais com as famílias de fidalguia mais antiga e poder mais estabelecido na cidade e na região.

Fora do núcleo principal, encontramos, ainda, a nobreza civil, que na década de 80 do século XVIII, conseguiu finalmente ocupar os lugares mais importantes da governança. Falamos da nobreza das letras, bacharéis, advogados, lentes da Universidade, cujas redes de parentesco e matrimónio não confluem com as redes fidalgas, indiciando o distanciamento ainda presente, pelo menos em termos de escolhas matrimoniais, entre estas duas nobrezas da governança. Neste grupo podemos identificar famílias como os Teixeiras Carvalhos, os Secos Albuquerque, os Neves Antunes/Sousas Reis ou os Moratos (C, E e G).

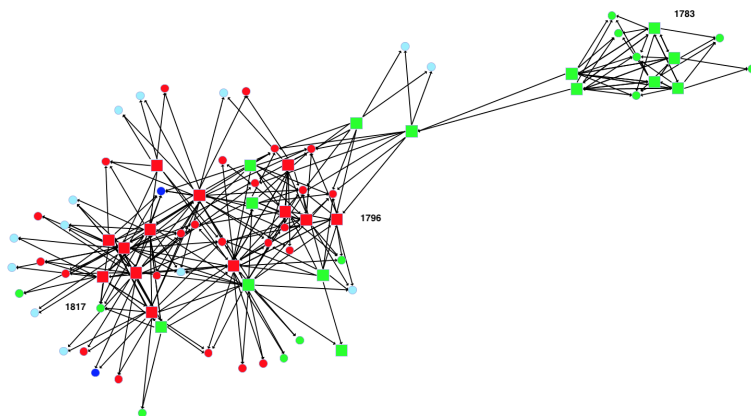
Para compreender melhor os padrões descritos anteriormente, é necessário analisar os processos de apropriação e manutenção do poder municipal, sobretudo os processos eleitorais conducentes à escolha do elenco de vereadores. Conhecer as decisões de quem detinha poder eletivo, os eleitores, pode ajudar a esclarecer as alterações na configuração dos poderes e dos protagonistas.

Tendo em conta este pressuposto, analisámos as escolhas dos eleitores que intervieram nos processos eleitorais de 1783 a 1817. As relações cartografadas traduzidas por o 'Eleitor A escolheu para vereador o individuo B' foram recolhidas na documentação enviada ao Desembargo do Paço e hoje à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: arrolamentos de elegíveis para vereador e procurador-geral, as informações de carácter social, económico e de capacidade dadas por informantes e corregedor, as eleições para eleitores e,

finalmente, as escolhas dos eleitores que se traduziam na constituição das pautas trienais.

As informações constantes nas fontes foram introduzidas na base de dados constituída para este estudo. O sistema de base de dados escolhido foi o *Time Link*, desenvolvido por Joaquim Ramos de Carvalho (1997) e que assenta num modelo orientado para as pessoas, que contempla o tratamento de entidades nas suas relações, atributos e funções nos diversos atos e que permite o tratamento de relações, podendo ser exportado para um *software* de visualização e análise de redes (Carvalho, 2010)<sup>1</sup>.

A rede 2 apresenta as escolhas dos eleitores para vereadores. Os nós referentes aos eleitores estão representados por um quadrado e os nós relativos aos escolhidos para vereador por um círculo. As arestas (linhas) a negro representam as escolhas desses eleitores. O estatuto social dos agentes é representado pelas cores: verde (fidalgos), vermelho (bacharéis e doutores), azul escuro (negociantes) e azul claro (sem informação de estatuto).



**Fig. 2.** Rede 2. As escolhas dos eleitores para vereadores (1783; 1796; 1804; 1811; 1814; 1817).

<sup>1</sup> O *software* de visualização de redes utilizado na construção das redes presentes neste artigo foi o GUESS (<http://graphexploration.cond.org/>, acessido a 16 de fevereiro de 2019).

O grafo (rede 2) sinaliza-nos claramente duas realidades – à direita, um agrupamento, um *cluster* de eleitores cujas escolhas são socialmente constantes, sempre dentro de um estrato fidalgo e, à esquerda, visualiza-se uma diversificação social das escolhas dos eleitores, com uma preponderância para indivíduos cujo prestígio social assenta nas profissões ligadas às letras, sobretudo advogados e magistrados.

O *cluster* de “eleitores-fidalgos” reporta-se ao processo eleitoral de 1783. Os eleitores em questão eram todos fidalgos da Casa Real e todos haviam desempenhado anteriormente o cargo de vereador, ou descendiam diretamente de quem já o desempenhara (Ribeiro, 2018, pp. 308-311).

As pautas remetidas ao Desembargo do Paço incluíam exclusivamente elencos de fidalgos, vedando a possibilidade do recrutamento de vereadores fora deste estrato da nobreza, uma vez que os informantes, que elencavam os elegíveis, escolhiam para figurar nesses arrolamentos somente indivíduos cuja característica social fundamental era a de serem detentores do foro de fidalgo.

O processo de “elitização” das vereações não é um fenómeno exclusivo da cidade, é antes uma tendência nacional que se intensifica, especialmente, na segunda metade do século XVIII (Magalhães, 2011, p. 4; Soares, 2002, pp. 46-49).

No entanto, apercebemo-nos de que, nos anos subsequentes, este panorama sofre alterações profundas e que as escolhas parecem ter um carácter socialmente mais diversificado, como indica o desenho da rede.

Para compreendermos esta transformação socorremo-nos de uma medida de centralidade designada por *betweenness* que mede a importância de posição intermediária ocupada pelos atores de um grafo, ou seja, que mede o número de fluxos que desapareceriam se um determinado indivíduo fosse removido da rede. O conceito de intermediação é definido por alguns autores, como Peter Marsden, como a capacidade de alguns atores mediar e facilitarem transações entre

outros atores que, por incapacidade de acesso ou confiança, não se conseguem relacionar entre si (Marsden, 1982, p. 202).

A questão da intermediação tem sido intensamente debatida na análise das relações sociais. Focada não só nos nós, mas também nos fluxos que os agentes vão criando. Devemos, neste contexto, salienta a teoria desenvolvida por Mark Granovetter que argumenta que alguns laços funcionam como pontes entre setores da rede social, estabelecendo relações entre grupos distintos que, de outra forma, não se relacionariam (Granovetter, 1973). Estas relações não se apoiam em laços fortes, porque estes tendem a ser redundantes (visto tendencialmente estabelecerem entre si relações recíprocas), mas antes em laços fracos que, ao se conectarem com diferentes nós da rede, ainda que de uma maneira difusa e indireta, garantem as ligações entre setores afastados.

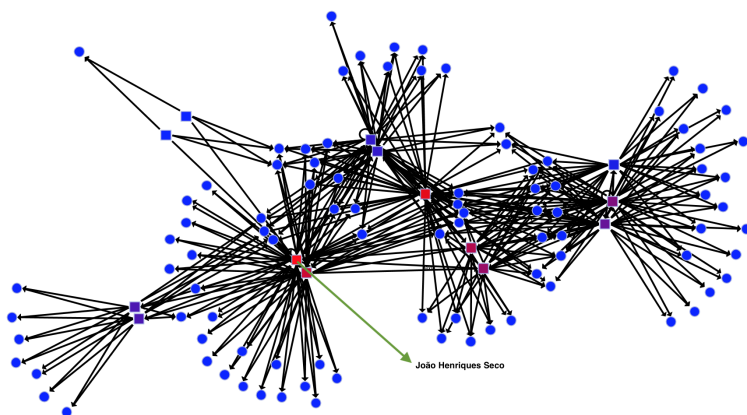


Fig. 3. Rede 3. A gradação da *betweenness* na rede dos elegíveis.

Através da rede 3, que cartografa os valores de *betweenness*, verificamos que o valor mais elevado pertence a João Henriques Seco. Segundo o seu posicionamento na rede e o seu valor de intermediação, João Henriques Seco parece ser uma figura relevante na arquitetura das relações e dos equilíbrios da rede das potenciais escolhas eleitorais dos

finais do século XVIII e primeiras décadas do século XIX e, voltando às fontes, apercebemo-nos que João Henriques Seco conseguiu tornar-se, em 1796, vereador da Câmara de Coimbra e, no ano seguinte, atuou como informante para o processo eleitoral subsequente.

Este advogado era natural do Balteiro, lugar pertencente à freguesia de Santa Maria de Poiares, próximo de Coimbra. Havia cursado Leis e, nas décadas de 70 e 80 do século XVIII, advogara nos auditórios da cidade, exercendo também funções de procurador de figuras e instituições locais. Em 1783, passou a dedicar-se aos negócios, arrematando, em sociedade com Luís de Sousa Trovão, a renda da comenda de S. Pedro das Alhadas (pertencente a Manuel Bernardo de Melo e Castro, Visconde da Lourinhã), pelo período de 4 anos, por 960 000 réis anuais. A sua aproximação aos cargos da Câmara fez-se em 1786, quando desempenhou as funções de recebedor e depositário das décimas. Em 1790, foi arrolado para servir como almotacé nos meses de março e abril de 1791, acabando nesse ano por ser nomeado para as funções de almotacé da limpeza. Dois anos mais tarde, em 1793, tornou-se lançador das sisas para os cidadãos de maior condição da cidade e o seu nome figurou na lista de elegíveis para procurador-geral (Ribeiro, 2018, p. 313).

Em primeiro lugar, é importante salientar que a entrada de um elemento com um perfil social completamente distinto e fora do exclusivismo fidalgo (Soares, 2001) só foi possível porque essa mesma fidalguia começava a desinteressar-se dos cargos na vereação. Esta tendência observa-se a partir de 1791 e aponta para um crescente afastamento da *primeira nobreza* do cargo, a que não é alheia a falta de rotatividade no exercício das funções e um universo de recrutamento muito restrito que levava ao arrolamento, triénio após triénio, das mesmas pessoas (Ribeiro, 2018, pp. 313-314).

A aristocratização da vereação, encarada, em tempos, como um sinal da disponibilidade da elite fidalga em participar efetivamente na gestão dos destinos da cidade e uma prerrogativa de poder que

interessava manter em contexto familiar, geração após geração, parecia estar a sair da esfera de interesse e investimento das famílias fidalgas tradicionalmente elegíveis.

A nomeação de João Henriques Seco vai alterar profundamente o modelo de recrutamento dos vereadores. Como referimos, os arrolamentos realizados pelos informantes, até 1796, deixavam de fora o numeroso grupo dos letrados, especialmente dos advogados que gravitavam a esfera do poder municipal, exercendo cargos que tinham como horizonte de promoção as funções de procurador-geral. A possibilidade de eleição para vereador era-lhes vedada, por serem excluídos sistematicamente das listas de elegíveis para o cargo e nunca eram considerados como potenciais vereadores substitutos.

O ato eleitoral de 1796 veio consagrar a presença de indivíduos não pertencentes à primeira nobreza na função de informante, uma vez que, tendo exercido o mandato de vereador, João Henriques Seco ficou habilitado, no processo eleitoral seguinte, a exercer as funções de eleitor. Esta prerrogativa permitiu-lhe participar na construção de um rol com características sociais distintas da prática habitual na Câmara de Coimbra. Neste caso, os atores usaram as regras da própria instituição e, apropriando-se dos processos instituídos, replicam práticas que, nas circunstâncias descritas, permitiram a alteração do equilíbrio de poderes internos. A eleição refletiu um recrutamento social diferente que incluía proprietários, militares, mas sobretudo graduados em Cânones ou Leis, a maioria exercendo a profissão de advogados. Os bacharéis acediam, pela primeira vez, a uma instância de recrutamento que lhes permitiria, em teoria, selecionar os seus pares para a vereação (Ribeiro, 2018, pp. 320-324).

Desta forma, se explica como o papel desempenhado por João Henriques Seco como elemento-chave num processo de intermediação entre as práticas antigas (e os seus agentes), profundamente exclusivistas, e as escolhas subsequentes muito mais diversificadas em termos de extração social.



## CONCLUSÃO

Através dos casos apresentados, procurámos, perante situações históricas concretas, demonstrar como a utilização de análise formal de redes pode ajudar a explicar a captação de fenómenos sociais como a alteração de padrões de comportamento e dos fluxos relacionais produzidos pela interação de atores históricos, sobretudo em contexto institucional.

Esta abordagem permitiu, no caso descrito, perceber de forma mais clara a composição social das vereações e os mecanismos que levaram às transformações no seu seio, nomeadamente a relevância da ação de um agente que desencadeou um conjunto de transformações que conduziram ao domínio da municipalidade coimbrã pelos letrados, após décadas de exclusão, resultantes da monopolização de cargos relevantes na esfera municipal por parte de um grupo coeso de famílias fidalgas.

## BIBLIOGRAFIA

- Antunes, C. (2012). A história da análise de redes e a análise de redes em história. *História – Revista da FLUP*, 2, 11-22. Disponível em <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1233/1057>.
- Boltanski, L. (1973). L'espace positionnel. Multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. *Revue Française de Sociologie*, 14, 3-26.
- Camarinhas, N. (2010). *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e império colonial, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Carvalho, J. M. S. A. N. (2010). *Time link: a evolução de uma base de dados prosopográfica* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/15366>.
- Carvalho, J. R. (1997). *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Granovetter, M. (1973). The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), 1360-1380.
- Imízcoz Beunza, J. M. & Arroyo Ruiz, L. (2011). Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción

- de redes egocentradas. *REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 21(2), 99-100. doi:10.5565/rev/redes.419.
- Lemercier, C. (2015). Formal network methods in history. Why and how? In G. Fertig (Ed.), *Social Networks, Political Institutions, and Rural Societies* (pp. 281-310). Turnhout: Brepols Publishers.
- Lopes, M. A. (2003). Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1900. Elites de fontes de poder. *Revista Portuguesa de História*, 36(2), 203-274.
- Magalhães, J. R. (2011). *Concelhos e organização municipal na Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Marsden, P. V. (1982). Brokerage behaviour in restricted exchange networks. In P. V. Marsden & N. Lin (Eds.), *Social structure and network analysis* (pp. 201-218). Newbury Park, CA: Sage.
- Ribeiro, A. I. (2012). *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)* (Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal). Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/24349>.
- \_\_\_\_\_. (2018). A análise de redes na investigação histórica. Aplicação a um estudo de caso: as escolhas dos eleitores para a vereação da Câmara de Coimbra (1783-1817). *Revista Portuguesa de História*, 49, 301-324. doi:10.14195/0870-4147\_49\_12.
- Soares, S. C. (2002) *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo. Poder e poderosos na Idade Moderna. Vol. 2: Sociologia do Poder Municipal*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura.
- Wellman, B. & Wetherell, C. (1996). Social Network Analysis of Historical Communities: Some Questions from the Present and the Past. *The History of the Family*, 1(1), 97-121.